



Conferência de Imprensa

Municipália EM – Plano de Restruturação, Relatório e Contas 2013, Orçamento e Contrato Programa para 2014

Fomos confrontados na passada 5ª feira com a marcação de uma reunião extraordinária de câmara, que se realizou na passada segunda-feira, dia 17 de Março, pelas 17horas.

Sem que nos tivesse sido transmitida qualquer informação prévia, viemos a constatar pretender-se, como veio a acontecer, a deliberação de 9 propostas, das quais 6 relativas à Municpália EM e correspondentes aos aspetos mais estruturais e estratégicos quer quanto à sua gestão do passado recente quer para o seu futuro.

Há muito que a gestão da Municpália EM e sobretudo a sua dependência financeira relativamente à Câmara Municipal era por nós contestada. No entanto e como adiante comprovaremos as deliberações agora tomadas, vêm acentuar ainda mais esta mesma dependência financeira, agora “maquiada” através da transferência de custos e despesas diretamente para a Câmara Municipal.

É nossa firme convicção que o Plano de Restruturação agora aprovado devia ter sido precedido de uma discussão política de fundo quanto à missão e modelos de gestão e financiamento da empresa. Esta discussão era reivindicada pela CDU há largos anos, e tornou-se ainda mais urgente à medida que nos fomos apercebendo do enorme buraco financeiro em que a Municpália estava a mergulhar e a arrastar a Câmara Municipal. É também nossa firme convicção que se PS e PSD tivessem tido em consideração as posições da CDU e não tivessem desvalorizado e em alguns casos escondido dos munícipes o descalabro financeiro da Municpália EM, hoje esta empresa não estaria a passar pela situação que atravessa, na iminência de ser extinta pela aplicação da Lei. Ao longo dos anos a realidade comprovou os nossos receios. Anualmente e em média, a câmara tem transferido na ordem de um milhão de euros e no final de cada ano assegurado a reposição dos prejuízos.

Em **Dezembro de 2013** a CMO, finalmente, avançou com um plano de reestruturação e saneamento económico e financeiro da empresa. Um plano feito à medida da Lei. Uma decisão do PS quanto ao momento e aos termos, com o incondicional apoio do PSD tal como o foram todas as decisões políticas tomadas no passado e que conduziram a



esta dramática situação em que, também na gestão, estes dois partidos sempre foram cúmplices.

Quanto à CDU e sobretudo pela estabilidade dos postos de trabalho, a nossa posição foi de novo abstenção.

Câmara Municipal assume encargos da Municpália EM e recebe trabalhadores que a empresa rejeita

A concretização deste plano é agora consubstanciada com um conjunto de medidas que tem como objetivo a diminuição dos custos estruturais da Municpália EM, ou seja a diminuição da despesa e simultaneamente a potenciação de receitas através da disponibilização de um conjunto de equipamentos e recursos do município para a Municpália EM. Ou seja, não há nada de criativo ou racional neste plano de reestruturação. O que ele faz é transferir custos da empresa para Câmara Municipal, situação com a qual não podemos concordar:

Concretizando:

A Câmara Municipal, para além de assumir trabalhadores, disponibilizar instalações para a Municpália explorar, transferir um subsídio anual de 822 mil euros, vai passar a partir de agora a assumir o pagamento de água, eletricidade, limpeza e vigilância de todos os equipamentos que a Municpália sempre geriu, como sejam o complexo das piscinas, e o Centro Cultural da Malaposta.

Na reunião de 17 de Março passado foi aprovada pelo PS e pelo PSD a **revogação do contrato de cedência de exploração do Pavilhão Municipal de Odivelas (PMO)** e respetivo projeto de regulamento de funcionamento, cedência e utilização.

Para implementação do Plano de Reestruturação aprovado em Dezembro passado, foi agora revogado o contrato de cedência do Multiusos à Municpália, voltando portanto a sua gestão / exploração a ser responsabilidade da CMO, por afirmam “... se tratar de um equipamento gerador de custos de estrutura permanentes, difíceis de assegurar pela empresa municipal.” Quando a Municpália assumiu a gestão deste equipamento, foi apresentado como sendo a “salvação” de todos os males da empresa. Hoje, afinal parece que se transformou num “*elefante branco*”.

A par, reconhece-se no mesmo documento que o município “*continua a manifestar dificuldades na gestão e exploração ... procurando, numa ótica de máxima rentabilização, apoiar-se nesse desiderato através de uma estrutura leve funcional e eficiente.*”

Entende o PS e assim foi decidido que tal se atinge assumindo a CMO todos os encargos com funcionamento e manutenção (água, luz, gás, limpeza, vigilância e telecomunicações) enquanto cede à Municpália a exploração de parte importante do equipamento (3 ginásios) pelo valor de 650 €/mês e a cedência de exploração do bar por 400 €/mês.

Usando como referência e apenas os encargos com água, luz, gás e limpeza referentes a Dezembro último e que constam do Relatório e Contas da Municpália, a CMO passará a ter um encargo anual superior a 300 mil euros e um encaixe de 12 mil e 600 euros.

Esta é mais uma tentativa de desonerar a Municpália e de forma enviesada atingir uma consolidação financeira que deveria já ter acontecido, através de opções políticas concretas, medidas efetivas de racionalização e boas práticas de gestão.

O reverso da medalha é naturalmente a redução de verbas para investimento, no apoio ao movimento associativo, aos bombeiros, a diminuição dos apoios sociais, medidas de contenção de gastos, etc., etc., com os consequentes efeitos negativos, num momento particularmente crítico e difícil para a população e os agentes concelhios.

A CDU não é nem nunca será conivente com estes malabarismos que prejudicam a população, nada resolvem e só adiam o inevitável.

O **Relatório e Contas de 2013** igualmente aprovado é bem o espelho das opções políticas erradas e incompetência da gestão do PS à frente dos destinos municipais.

No longo historial de exercícios negativos, este ano, o de 2013, é seguramente o pior dos piores. Para além do que fica evidenciado com os 750 mil euros de prejuízo, assume-se despidoradamente que:

- houve incapacidade da estrutura da empresa para encaixar o PMO com resultados sustentáveis;
- o pavilhão é um equipamento não compaginável com uma gestão integral por uma empresa municipal;
- houve incapacidade de gerar receitas com regularidade;
- há um desajuste na correlação recursos humanos / serviços prestados.

Municpália – resultados dos exercícios (2010 / 2013)

	2013	2012	2011	2010
Piscinas	- 264 803,40	- 79 849,02	- 193 434,96	- 36 183,05
Malaposta	- 98 899,11	- 104 343,57	- 11 019,18	- 55 349,00
Multiusos	- 315 521,66	- 66 498,90	-	
Bares	- 69 917,14	- 45 755,66	- 44 582,34	- 35 173,05
Total	- 749 141,31	- 296 447,15	- 249 036,48	- 126 705,11

Naturalmente que o **Plano e Orçamento e o Contrato Programa** revelam claramente a tentativa desesperada do PS de manter e salvar a Municpália, nos mesmos moldes e com as mesmas funções.

A filosofia é clara: a CMO assume e paga mais, a Municipália recebe tudo o que pode arrecadar.

Diminui-se o subsídio à exploração em 150 mil euros, mas transferem-se para a câmara encargos da ordem dos 300 mil, a somar à reposição dos 750 mil de prejuízos em 2013.

Transferem-se encargos com o pessoal e os trabalhadores são cedidos à câmara.

Avança-se com a rescisão de contratos a termo certo.

Vale tudo para manter o “barco à tona” e cria-se a ilusão que este é o “ano zero” de um novo ciclo.

Por muitas engenharias e habilidades, a verdade é que a Municipália chegou onde chegou e como chegou por responsabilidade exclusiva do PS com o apoio do PSD que decidiram mal, implementaram pior e insistiram no erro.

É importante que a população de Odivelas conheça a situação e saiba quem são os seus responsáveis.

Pela nossa parte, reafirmamos que tudo faremos e estamos disponíveis para contribuir para uma solução que defenda os interesses da população e do concelho, permita a utilização e fruição destes equipamentos por parte dos munícipes e do movimento associativo, assegure uma gestão racional e eficaz sem nunca perder o sentido de serviço público e o escopo social de uma empresa municipal e garanta a estabilidade aos trabalhadores da Municipália.